

Apurada na AG de
18.12.2011
[assinatura]

ACTA Nº 128

Assembleia-Geral Ordinária

4 de Dezembro de 2011

Aos quatro dias do mês de Dezembro de dois mil e onze realizou-se a Assembleia Geral Ordinária da Federação de Ginástica de Portugal (FGP), que teve lugar na sede da Federação, na Estrada da Luz, nº 30 A em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Apreciação e votação das Actas nºs 124 a 126.
- 2 – Apreciação, discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para 2012.

A Assembleia Geral foi declarada aberta pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral (AG), José Manuel Araújo, pelas 10,20 horas, após verificação do quórum de funcionamento, nos termos legais e regulamentares.

Entrando no 1º ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa submeteu à apreciação as actas, recordando que, desde que existe esta composição da AG, todas estão gravadas em suporte digital, servindo estas actas como resumo das principais matérias abordadas e das decisões tomadas.

O Delegado Paulo Chora sugeriu a renumeração das actas desde que há uma nova composição da AG, tendo o Presidente da Mesa defendendo que a numeração se deve manter, independentemente das composições, tendo a concordância dos restantes delegados, pelo que se decidiu manter a numeração.

A Delegada Jenny Candeias lamentou que a Mesa não tivesse mais que o seu Presidente, pelo que foi decidido por consenso que o Secretário Executivo da FGP, Fernando Andrade, apoiasse o Presidente na condução dos trabalhos.

Entrando na apreciação da proposta de Acta nº 124, o Delegado Álvaro de Sousa notou que a declaração de voto que subscreveu com os Delegados Ricardo Antunes e José Ferreirinha não constava da Acta, pelo que ficou expressa a necessidade de a incluir.

Após esta correcção e de outras 3, o projecto de acta foi votado, tendo sido aprovado, com 22 votos a favor e 2 abstenções, dos Delegados Pedro Sebastião e Rui Martins, por não terem estado nessa AG.

Na apreciação da proposta de Acta nº 125 foram propostas 2 alterações pelo Delegado Paulo Chora, especialmente na referência das propostas que foram votadas.

Após essas correcções, aprovadas por consenso, o projecto de acta foi votado, tendo sido aprovado, com 21 votos a favor e 3 abstenções, dos Delegados Sónia Ferreira e João Forjó por não terem estado nessa AG e do delegado António Guerreiro. Foi ainda deliberado que esta Acta, aprovada nesta data, seja enviada ao Tribunal onde correu o procedimento cautelar, dado que a que foi enviada não estava regularmente aprovada.

[assinatura]

Apreciando a proposta de Acta nº 126, não houve objecções, pelo que a mesma foi aprovada, com 21 votos a favor e 3 abstenções, dos Delegados Álvaro de Sousa, João Forjó e Simão Almeida, por não terem estado nessa AG.

Concluído este ponto, o Presidente da Mesa assumiu a indicação da AG no sentido de dar mais conteúdo às intervenções, o que passará a ser feito a partir destas actas.

Passando ao 2º ponto da Ordem de Trabalhos, foi anunciado e distribuído o Parecer do Conselho Fiscal, após o que a Vice-Presidente da Direcção, Angélica Santos, começou por explicitar que a Direcção está solidária com o Presidente demissionário Manuel Boa de Jesus, não se tendo demitido ainda para assegurar o funcionamento da Federação, incluindo a aprovação do projecto de Plano de Actividades e Orçamento para 2012. Sem essa aprovação toda a actividade está comprometida, designadamente a participação no test-event de Janeiro de 2012 em Londres.

Quanto ao documento, referiu que o mesmo segue os padrões habituais, remetendo quaisquer explicações sobre o Orçamento para o Director Executivo Paulo Pires.

O Delegado Bruno Narra perguntou se a Direcção tem neste momento quórum, e o Delegado Álvaro de Sousa interveio para referir que a situação deve ser analisada com frieza, pretendendo saber se, após a demissão do Presidente e do Conselho Fiscal, qual a legitimidade da Direcção, face aos actuais Estatutos, dado haver regimes diferentes de eleição, cooptação e nomeação de elementos da Direcção. Concluiu solicitando a suspensão dos trabalhos da Assembleia Geral para esclarecer estas questões.

O Delegado Pedro Sebastião declarou que não foi feita a devida apresentação do documento, não percebendo a posição da Direcção, uma vez que tinha sido anunciada a sua demissão. O Delegado Paulo Chora também duvida do regime aplicável à Direcção, concordando com a suspensão da AG. Continuando, este Delegado informou a Assembleia Geral que o 1º subscritor da providência cautelar lhe comunicou telefonicamente que quem pagou as despesas do processo foi a Federação.

O Delegado António Agostinho perguntou se o Conselho Fiscal está vinculado ao parecer após a demissão, ao que o Presidente da AG respondeu afirmativamente, dado que o parecer é anterior ao pedido de demissão.

Respondendo às dúvidas suscitadas, o Presidente da Mesa explicou o sucedido nos dias 1 e 2 de Dezembro, informando que o Presidente Manuel Boa de Jesus o tinha informado no dia 1 da sua demissão e da Direcção, em solidariedade com a sua pessoa. No dia 2 a Direcção informou que não se demitia de imediato para não prejudicar o funcionamento da Federação, só o fazendo após a aprovação do Orçamento para 2012.

A Vice-Presidente Angélica Santos afirmou que a Direcção não se demite antes dessa aprovação, em defesa do superior interesse da Ginástica. Após essa aprovação a Direcção demitir-se-á, no que foi acompanhada pelo Vice-Presidente Fernando Saldanha.

O Delegado António Guerreiro afirmou que a Direcção está a condicionar os trabalhos da AG, ameaçando os delegados.

Nesse momento o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos, o que veio a ocorrer entre as 11,45 e as 13,00 horas.

Retomando os trabalhos, o Delegado José Carlos Reis afirmou que a AG aprovaria o documento caso houvesse uma demissão da Direcção. Assim, um conjunto de membros da



Direcção presentes na AG apresentou o seu pedido de demissão, tendo a Vice-Presidente afirmado que a Direcção não quer ser parte do problema, mas da solução.

Entrando na discussão do documento, o Delegado Paulo Chora afirmou que a AG não deveria fazer essa discussão, uma vez que a proposta tem fraca qualidade, dado revelar menor ambição e menos trabalho. No entanto, atendendo ao período que a FGP vive, vai votar favoravelmente.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta votada, tendo sido aprovada, com 9 votos a favor, 10 abstenções e 5 contra.

Após a votação o Vice-Presidente Fernando Saldanha informou que assinou a demissão por ser solidário com o Presidente e a Direcção, lamentando que tenha sido posta em causa a sua palavra. O Vice-Presidente Alberto Claudino também anunciou que a sua intenção era demitir-se, não o tendo feito antes apenas para garantir o funcionamento regular da Federação.

O Delegado Álvaro de Sousa afirmou que o pedido prévio de demissão se deveu à vontade da AG querer ter a garantia desse acto, acusando a Direcção de ter coagido a AG. Assim, um conjunto de 20 delegados subscreveu uma declaração de voto (anexa à presente acta) com o seguinte teor:

“Os delegados da Assembleia Geral declaram que aprovam este Orçamento e Plano de Actividades para o ano de 2012, tendo em consideração que não querem colocar em perigo o normal funcionamento da instituição, apesar de não concordarem com o seu teor na generalidade, salvaguardando que o mesmo terá um efeito limitado no tempo até à aprovação de um orçamento rectificativo.

Mais se acrescenta que os delegados da AG abaixo assinados repudiam a ameaça feita pela Vice-Presidente da Direcção de responsabilidade dos delegados com o possível bloqueamento da actividade gímnica.”

Estiveram presentes 24 (vinte e quatro) Delegados, conforme lista assinada por todos, anexa à presente Acta e que dela faz parte integrante.

Não existindo mais matérias para discussão foi a Assembleia Geral encerrada pelas 14,30 horas.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



José Manuel Araújo